

UMA ANÁLISE DO CAPÍTULO DO MEIO AMBIENTE NO NOVO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

Flávia Pereira¹, Tácio Rodrigues²

¹Arquiteta e Urbanista, Mestranda do PRODEMA – UFAL

²Arquiteto e Urbanista, Bolsista de aperfeiçoamento FAPEAL - UFAL

Resumo

O Plano Diretor do município de Maceió, caracterizado no seu capítulo introdutório como o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental, foi recentemente enviado à Câmara de Vereadores, onde aguarda votação. Este documento, assim como tantos outros no país, reflete as exigências da Constituição Federal de 1988 (art. 182) e do Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001), que o tornaram obrigatório em todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, estabelecendo um prazo de cinco anos para sua aprovação. Dentre outras definições do Estatuto, está à obrigatoriedade de considerar todo o território municipal no PD e de inserir a participação da população, que pode acontecer de diversas maneiras, seja na sua elaboração, acompanhamento ou revisão. Não causa surpresa o fato de Maceió apresentar inúmeros problemas ambientais e possuir uma trajetória ora de busca por soluções ora de descaso por parte do poder público municipal ao longo dos anos. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise dos elementos fundamentais para a elaboração de um PD com ampla participação social, baseando-se na realidade local e tomando o capítulo do meio ambiente como referência. Através de uma metodologia que partiu de uma revisão bibliográfica acerca dos temas Plano Diretor, Legislação, participação e sustentabilidade, e da análise de documentos e informações técnicas obtidos na SMPD (Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento), foi realizada uma retrospectiva de como se deu o processo de elaboração do PD de Maceió. Como resultado, conclui-se que este documento apresenta significativos avanços, no entanto, a população não possui uma tradição de participação na definição das políticas públicas, ficando a democratização do planejamento e da gestão ainda algo a ser construído paulatinamente.

Palavras chave: Plano Diretor, meio ambiente, participação cidadã.

fla.pereira@uol.com.br

A realidade

Cidade de águas, encravada entre o mar e a lagoa. Não é metrópole, mas, como capital, Maceió polariza municípios vizinhos, que vivem sob sua influência. Seu quadro não foge das características socioespaciais brasileiras, marcado por déficits e desigualdades históricas. O poder público, ao longo dos anos, apesar de certo esforço refletido na elaboração de alguns instrumentos urbanísticos (embora nem sempre regulamentados nem tampouco efetivamente aplicados) permitiu o crescimento da cidade informal e periférica, sem chegar sequer a esboçar uma solução para os problemas urbano-ambientais que afetam os diversos grupos sociais. Podemos afirmar sem receio que a urbanização, nos moldes em que vem ocorrendo na cidade, é o maior problema ambiental que temos, pois são justamente dos problemas urbanos que se originam os grandes problemas ambientais. Mesmo com esta realidade, de crescente degradação do ambiente urbano refletida na segregação sócio-espacial, no ambiente construído ilegalmente ou sem diretrizes, no meio ambiente comprometido e nos espaços públicos insatisfatórios/insuficientes, as políticas públicas objetivando direcionar esta crescente urbanização de maneira que venha a ser um fator criador de oportunidades que contribuam com o tão difundido e polêmico Desenvolvimento Sustentável não têm apresentado resultados relevantes. Ao contrário, a impressão que temos, muitas vezes, é a de que Maceió foi ficando para trás até de cidades menores e com menor riqueza de recursos naturais pois, ao longo dos anos, só presenciamos medidas isoladas, pontuais e, na maioria das vezes, sem continuidade.

Não é objetivo deste trabalho enumerar todos os problemas ambientais do município, mas convém ressaltar alguns para ter-se uma idéia da realidade em questão, principalmente aqueles oriundos dos já mencionados problemas urbanos. Costuma-se dizer que poucos habitantes da cidade legal ou regular têm idéia das ocupações inadequadas dos vales e encostas de Maceió, que estão escondidas aos olhos dos menos atentos, tornando difícil perceber suas reais proporções. Estas ocupações, além de estarem localizadas em áreas ambientalmente frágeis, exercem pressão constante sobre os recursos naturais, que por sua vez são os maiores atrativos turísticos da cidade. Tome-se por exemplo a Lagoa Mundaú, integrante do CELMM (Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba), de beleza inquestionável e principal elemento de integração entre a cidade e alguns municípios vizinhos. Problemas de assoreamento e poluição por esgotos advindos das ocupações irregulares às suas margens estão entre seus principais problemas, fazendo com que Maceió seja o município que mais exerce pressão antrópica. Outro entrave é o complexo cloroquímico, situado em local

privilegiado da cidade, criando uma área de risco ambiental no seu entorno e restringindo o desenvolvimento urbano da região. A faixa litorânea, principal atrativo turístico e local de maior valorização imobiliária da cidade também reflete os problemas ambientais. Apesar da beleza inquestionável, problemas de esgotamento sanitário insuficiente/inexistente afetam a região, além de outros como a especulação imobiliária desenfreada e a apropriação dos espaços públicos por particulares.

O problema do lixo urbano não poderia deixar de ser considerado, visto que o atual lixão, localizado no bairro de Jacarecica, área urbana do município, além de estar com sua capacidade no limite, tem trazido diversas consequências negativas para seu entorno, que poderão refletir em toda cidade num futuro não muito distante. Tudo isto sem falar nos conflitos existentes entre as legislações ambientais nos diversos níveis, na pouca arborização da cidade e numa aparente apatia da maior parcela da população, que ainda não despertou para a importância de se discutir e buscar soluções para a preservação dos recursos naturais. Fica claro que, caso aconteça a manutenção do quadro acima descrito, haverá uma forte tendência de comprometimento dos mananciais de abastecimento d'água da cidade e dos demais recursos hídricos, juntamente com uma limitação do potencial turístico da cidade, fatos que proporcionariam uma progressiva piora na qualidade de vida da população. São estes e outros desafios que o novo Plano Diretor de Maceió se propõe a enfrentar.



Fig 01 – cidade de Maceió, entre o mar e a Lagoa.



Fig 02 – Ocupação irregular às margens da Lagoa Mundaú. Fonte: SMPD.



Fig 03 – Vale do Reginaldo. Fonte: SMPD.



Fig 04 – Ocupação irregular às margens da Lagoa Mundaú. Fonte: SMPD.



Fig 05 – Vista parcial da orla marítima de Maceió. Fonte: SMPD.

A obrigatoriedade na elaboração do Plano Diretor e a questão da participação

A Constituição Federal de 1988, no capítulo sobre Política Urbana, tornou o Plano Diretor (instrumento considerado por muitos estudiosos em crise há muitas décadas, por tratar de uma cidade ideal e não de uma cidade real), obrigatório para os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes. De acordo com a Constituição, o referido plano é considerado peça fundamental para a execução da política de desenvolvimento urbano, sendo de sua competência a definição da função social da cidade e da propriedade urbana e a indicação aos instrumentos que alcancem à reforma urbana. Sendo assim, a esfera municipal passou a ser responsável pelo processo de planejamento que, ainda de acordo com a Constituição Federal, deve incentivar a participação direta da população. A Constituição Estadual de Alagoas, do ano de 1989, também delegou competência aos municípios para que viessem a promover o adequado ordenamento territorial, proteger o meio ambiente e legislar sobre assuntos de interesse local, sendo um dos pontos mais incentivados por esta Constituição a realização do planejamento municipal participativo. Ainda do ponto de vista legal, necessita-se destinar especial atenção ao Estatuto da Cidade, sendo este uma Lei que veio regulamentar o capítulo de política urbana da Constituição de 1988 (artigos 182 e 183). Com ele, os municípios passaram a dispor de um marco regulatório para a política urbana, que poderá levar a importantes avanços com a incorporação dos instrumentos previstos nos Planos Diretores.

O Estatuto da Cidade dá respaldo constitucional a uma nova maneira de realizar o planejamento urbano. Sua função é garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, o que significa o estabelecimento de “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos” (art. 1o). Mas de que maneira estes instrumentos foram incorporados no novo Plano Diretor da cidade de Maceió, especificamente no que diz respeito às questões relacionadas ao meio ambiente? Como se deu a participação da população nas decisões?

A “Lei” que atinge a todos, determinando o desejável ou não na cidade, criando áreas específicas para classes sociais específicas e possuindo um papel importantíssimo na procura de soluções visando equacionar os problemas ambientais e tratar do problema da segregação/exclusão nas cidades, anseia pela participação de diferentes segmentos sociais na sua elaboração, não apenas para cumprir exigências legais, mas para fazer jus a própria significação de cidade. Cidade, civilidade e cidadania têm em comum a raiz latina *civis*. Entende-se por civil o que visa ao bem público. Então, ser cidadão significa participar de alguma forma da vida pública e o conceito de cidadão não deve se referir apenas ao morador da cidade, mas também ao participante da vida pública (Rolnik, 1998). Segundo Harvey, após o urbanismo progressista da era moderna, que pode ser analisado sob diversos aspectos, tanto positivos quanto negativos, no urbanismo pós moderno tem dominado uma visão fragmentada do tecido urbano, acabando por ser uma prática orientada para o mercado e não para fins sociais, substituindo o zoneamento do planejador do urbanismo progressista por um zoneamento do mercado, que resulta em *gentrificação* (elitização) e nada faz pelos mais pobres. (Harvey, 1992). Nesta visão fragmentada, na busca por um direcionamento para a atuação do poder público, a questão da sustentabilidade é incorporada como um pré-requisito sem o qual os “planos ou projetos” não estariam atualizados.

Henri Acselrad (1999), no entanto, diz que existem diversas matrizes discursivas associadas à noção de sustentabilidade urbana. Desde a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), tal noção vem sendo debatida, associada ao desenvolvimento e às políticas urbanas. Ainda de acordo com Acselrad, o debate sobre desenvolvimento econômico e social foi “esverdeando”, principalmente nas agências multilaterais, reorientando processos decisórios, porém com indefinição de conceitos e discursos. Sob sua interpretação há, desde os princípios da Agenda 21, uma “ambientalização” do debate sobre as políticas urbanas, tanto por iniciativa de atores sociais diversos, como “pela própria trajetória da urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do banco

Mundial”. Segundo este autor, a questão da participação está inserida na busca por um consenso urbano ampliado espacial e temporalmente, legitimado nos propósitos do equilíbrio biosférico e da justiça intergeracional, se justificando pela necessidade de riscos de ruptura sociopolítica em cidades crescentemente fragmentadas.

Procurando elucidar um pouco mais a questão sobre a definição do que seria o tão difundido desenvolvimento sustentável, defende-se que o que se deve buscar sustentar não são as cidades ou a urbanização, mas a satisfação das necessidades humanas nos assentamentos de qualquer tamanho, sem esgotar o chamado capital natural. Desta maneira, a discussão sobre a qualidade de vida como uma das premissas norteadoras na busca do desenvolvimento e do bem estar deve ser considerada como um direito de cidadania. E esta cidadania abrange o direito dos indivíduos influenciarem nas decisões que dizem respeito à coletividade, colocando a questão política em evidência.

Claudete Vitte enfatiza que as políticas públicas no Brasil em geral são tratadas pela administração pública de forma setorizada, mas que a dimensão ambiental demanda interfaces que desfaçam os limites rígidos, podendo desta maneira se tornar mais eficaz e efetiva além de demandar uma “leitura do território” e pressupor um debate público, no qual informações e conhecimentos circulem. Estas seriam as positivities da incorporação do debate ambiental às políticas públicas. A autora sugere que seja recuperado o significado da política tendo como referência a noção de cidade política da antiguidade greco-romana e colocando o debate ecológico em seu devido lugar: subordinado à questão política e como uma referência nas práticas de planejamento urbano e de gestão de cidades. Um meio ambiente sadio e preservado seria uma das expressões desta conquista.

A questão da participação cidadã na elaboração destas políticas necessita ser abordada e aprofundada para o enfoque pretendido. Desse modo, o conceito de participação cidadã que se deseja delimitar refere-se à “participação política”, e diz respeito à intervenção dos agentes sociais no curso das atividades públicas de diversas formas, que permitem sua influência nas decisões, constituindo expressões de interesses sociais. Um modelo de gestão que enfatize esta participação necessita ser construído paulatinamente, podendo ser observada uma variedade de formatos e características no país, correspondendo a experiências heterogêneas, com alcances diferenciados. Em algumas cidades, existem conselhos, o orçamento participativo, conferências e fóruns. Na sequência, veremos como esta prática foi incorporada na elaboração do PD de Maceió.

O processo de elaboração do Plano Diretor de Maceió

Durante o processo de elaboração do novo Plano Diretor da cidade de Maceió, a estratégia de participação popular aconteceu através da realização de oficinas por segmentos, entrevistas técnicas e audiências públicas de caráter consultivo e não deliberativo, no que poderia ser chamado de um início de formação de uma cultura de participação.

Iniciou-se o processo de elaboração do Plano Diretor da cidade no ano de 2003. As principais etapas formais do processo foram as seguintes:

- Maio de 2003 - formação de um grupo de trabalho composto por técnicos de diversos órgãos da administração municipal, denominado Grupo Gestor, visando coordenar as ações visando a reelaboração do PD de Maceió;

- Agosto de 2003 - o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) enviou para a SMPD (Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento) um termo de Referência, visando prestar assessoria e estabelecendo normas para a reelaboração do Plano;

- Abril de 2004 - o IBAM enviou a SMPD uma proposta da assessoria técnica. Neste documento é apresentada a metodologia de trabalho, apontando as 10 etapas a serem desenvolvidas em estreita colaboração entre o IBAM e o Grupo Gestor;

- Julho de 2004 - é celebrado o contrato entre o IBAM e o município de Maceió, que possui 13 cláusulas e define que a contratada deverá apresentar, além de relatórios mensais, 06 "produtos".

- Fevereiro de 2005 - com a finalidade de ajustes no contrato, é feito um termo aditivo, aonde ficou estabelecido que seriam apresentados cinco produtos principais, sendo estes:

- Produto 1 – Plano de Trabalho
- Produto 2 – Diretrizes preliminares e mapas analíticos
- Produto 3 – Versão preliminar da lei do PD
- Produto 4 – Versão preliminar da legislação complementar
- Produto 5 – Versão definitiva do PD

- Maio de 2005 – o IBAM entrega oficialmente o “Produto 5” à SMPD, no entanto, os Códigos continuariam a ser revisados pelo Grupo Gestor até o mês de setembro.

- Setembro de 2005 - apresentação do Plano Diretor na Câmara de Vereadores.

Retornando às estratégias de participação previstas para a elaboração do PD, foram previstas 7 (sete) oficinas de trabalho e 3 (três) audiências públicas. Na realidade, foram realizadas 12 oficinas com representantes do setor público e integrantes da estratégia de participação social. Enfatiza-se que estas foram oficinas por segmentos, e que em apenas duas delas houve a participação de associações comunitárias e ong's, visto que não eram divulgadas na imprensa e que só compareceram àqueles que foram convidados. Em várias destas oficinas foi enfatizado que as formas de comunicação entre o poder público e a sociedade são insuficientes, que existe falta de credibilidade na gestão pública e que a população em geral é desinformada e despolitizada. Outro ponto a ser destacado é que a maior participação nestas oficinas, além dos técnicos da Prefeitura e do IBAM, foi do setor imobiliário, sempre presente, informado e 'em busca de seus interesses'. O resultado desta etapa aparece nos relatórios de acompanhamento entregues pelo IBAM.

No mês de novembro de 2004 foram realizadas entrevistas técnicas com o tema Meio Ambiente. Nestas entrevistas, objetivou-se uma complementação das informações, anotando observações que refletem a situação atual, oportunidades e propostas relacionadas ao tema. Foram convidados dois professores da Universidade Federal de Alagoas e um técnico da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos. Estas entrevistas contribuíram significativamente para o conteúdo do "produto final". Enfatiza-se que, como o tema meio ambiente influencia todos os demais, algumas entrevistas relativas a outros temas, como as de uso do solo, acabaram trazendo contribuições. A que mencionou a importância do envolvimento do Ministério Público e de órgãos ambientais nas questões relativas ao Litoral Norte da cidade, uma das mais polêmicas a serem definidas no PD, é um exemplo.

No que diz respeito às audiências públicas, foram nestes momentos em que houve uma abertura para todos àqueles que quisessem participar. A 1ª audiência foi a de maior divulgação na mídia e, portanto, a que contou com o maior nº. de participantes (aproximadamente 700 pessoas). Em todas as audiências, que possuíam objetivos distintos, além das sugestões dos participantes serem imediatamente anotadas durante as apresentações, podendo ser visualizadas no telão, foram também anotadas pelos relatores ou depositadas em urnas que seriam abertas posteriormente. Segundo os técnicos do IBAM e do Grupo Gestor, as contribuições representaram os mais diversificados anseios da população, tendo sido analisadas de maneira que, aquelas que estivessem coerentes com a agenda de atuação do PD, fossem incorporadas ao mesmo. As demais sugestões e contribuições seriam encaminhadas para as instituições ou setores pertinentes para serem incorporadas a programas ou projetos

existentes ou em andamento. As 03 (três) audiências foram programadas com os seguintes objetivos:

- 1ª Audiência Pública – Avaliação de pré-propostas. Foram apresentados resumos das oficinas para acrescentarem-se sugestões.
- 2ª Audiência Pública – Apresentação e discussão de propostas da Lei do PD. Os tópicos já foram apresentados em formato de Lei.
- 3ª Audiência Pública – apresentação e discussão de propostas das Leis complementares (Código de Urbanismo e Edificações de Maceió).

Além do Projeto de lei que já está sendo apreciado na Câmara de Vereadores para votação, o plano também compreenderá um Documento de Informações Básicas, com os mais diversos dados sobre o município, os Códigos de Obras e Edificações e uma base de mapas.

O documento final e a incorporação das idéias, solicitações e sugestões dos participantes.

O Projeto de Lei enviado à Câmara, no seu capítulo introdutório, define o Plano Diretor como o principal instrumento da política de desenvolvimento urbano e ambiental de Maceió, sendo aplicável em todo o território municipal e referência obrigatória para os agentes públicos e privados que atuam no município. Entre as premissas que fundamentam este Plano, estão justamente à prevalência do interesse coletivo sobre o individual e a proteção ao meio ambiente. Os princípios orientadores do referido documento são diversos, estando entre eles incorporar a componente ambiental na definição de critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, sobretudo para a proteção de mananciais e recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas, tratamento de áreas públicas e expansão dos serviços de saneamento básico. O meio ambiente aparece, então, como um dos temas prioritários do Plano, em consonância com os objetivos gerais. O capítulo II trata especificamente deste tema. No art.19 é definido que o território municipal se organizará tendo como referência o Sistema Ambiental do município de Maceió, composto pelo patrimônio natural, pelo patrimônio cultural, pelo sistema municipal de saneamento ambiental e pelo sistema municipal de meio ambiente. Em seguida, no artigo 20, são enumerados os elementos referenciais para o patrimônio natural do Município de Maceió, sendo estes:

I – a orla marítima;

- II - a orla lagunar;
- III – a lagoa Mundaú e suas ilhas;
- IV – a rede hidrográfica e as reservas subterrâneas de água;
- V – os remanescentes de mata atlântica;
- VI – os remanescentes de mata de restinga, de manguezais e de várzeas;
- VII – as unidades de conservação da natureza instituídas ou a serem criadas.

Após os elementos referenciais são definidos:

- Objetivos gerais para o desenvolvimento do município;
- Diretrizes Gerais para a gestão ambiental do município de Maceió;
- Indicações de ações para a implementação das Diretrizes Gerais;
- Diretrizes para o Desenvolvimento Institucional – Gestão do Patrimônio Natural;
- Medidas para a implementação das Diretrizes visando o Desenvolvimento Institucional .

Em seguida, na subseção II do capítulo do meio ambiente, são definidas as ZIAP's (Zonas de Interesse Ambiental e paisagístico), que constituem as áreas de especial importância ambiental, em face de sua relevante contribuição para o equilíbrio ecológico. São 11 (onze) as ZIAP's que aparecem descritas, mapeadas e que possuem diretrizes específicas e estabelecimento de medidas para sua implementação, sendo estas:

- A ZIAP dos terrenos de marinha e acrescidos do litoral;
- A ZIAP dos terrenos de marinha e acrescidos da Lagoa Mundaú;
- A ZIAP das encostas ou grotas do Município de Maceió;
- A Área de Proteção Ambiental do Prataji;
- A Área de Proteção Ambiental de Fernão Velho e Catolé;
- A ZIAP da ponta da restinga do Pontal da Barra;
- A ZIAP das margens dos cursos d'água;
- A ZIAP do Parque Municipal de Maceió;
- A ZIAP do IBAMA;
- A ZIAP do Cinturão Verde do Pontal da Barra.

Por meio de uma revisão do material produzido nas oficinas por segmentos e entrevistas técnicas, constata-se que a maior parte das sugestões e informações se faz presente no documento final. As maiores dificuldades foram justamente nas situações em que se

identificavam conflitos de interesse, que precisaram ser negociados procurando-se extrair um consenso. Quando o consenso não foi possível, os técnicos afirmam que recorreram a instrumentos de natureza técnico-científica, valendo-se de referências teóricas e metodológicas para o levantamento e interpretação de dados caracterizadores dos impasses em busca da melhor alternativa.

Concluindo

Conclui-se que este Plano apresenta significativos avanços, por exemplo, ao abordar o patrimônio ambiental da cidade como os recursos naturais juntamente com as manifestações representativas da população e por definir os parâmetros de uso e ocupação do solo considerando os componentes ambientais. No entanto, são diretrizes gerais que na maioria das vezes necessitam de projetos específicos para que surtam efeito. Além do mais, a população não possui uma tradição de participação na definição das políticas públicas, ficando a democratização do planejamento e da gestão ainda algo a ser construído paulatinamente, devendo-se evitar simplificações e interpretações apressadas que possam vir a qualificar esta “participação popular” ao longo da elaboração do Plano como ideal ou acabada. Em cidades como Belo Horizonte, que já realizaram a revisão do seu plano (que deve ocorrer a cada 10 anos), os canais de participação têm-se ampliado na medida em que os Conselhos e Conferências municipais previstos no PD se fortalecem e influenciam no estabelecimento de prioridades de intervenção e na escolha de alternativas para a cidade.

No Plano Diretor de Maceió está previsto incorporar e ampliar a participação dos setores organizados da sociedade e da população em geral nas políticas de desenvolvimento territorial, estabelecendo diversas linhas de ação para que isto aconteça. Mas... mesmo com a Lei direcionando, a população tentando se envolver, e o documento refletindo que a cidade reconhece os problemas e que começa a tomar medidas, as questões a serem enfrentadas muitas vezes extrapolam os limites municipais e demandam por mudanças estruturais. O município de Maceió reflete a realidade do Estado de Alagoas, que possui o segundo menor IDH do país (IPEA) e péssima distribuição de renda. Além disto, existe a forte herança do “coronelismo”, onde o “senhor de engenho” mandava e a população obedecia. Tal “herança” pode ser observada até hoje em vários movimentos populares que não possuem representatividade legítima, estando muitas vezes ligados a políticos. Estas particularidades refletem-se em restrições para uma população participativa, capaz de sugerir mecanismos de autorregulação mesclados com a regulação pelo poder público.

Sendo assim, qualquer reordenamento precisa partir da priorização do esclarecimento através da educação sem que haja um comprometimento da sociodiversidade. De outra maneira, como almejar participação e preocupação ambiental de uma população que, mesmo com elevado grau de insatisfação, na sua maioria mantém-se desinformada, alheia às alternativas ou vassala de modernos senhores que buscam sempre a valorização de seu patrimônio pessoal?

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Campinas: Anpur, v.1, n.1, 1999. pp.79-90.

BRASIL, F. de P.D. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Belo Horizonte: Anpur, v.6, n.2, 2004. pp.35-51.

CHAFFUN, Nelson. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, Nabil (org.). Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades. São Paulo: Studio Nobel, 1997. pp.18-38.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

MACEIÓ. Projeto de lei que institui o Plano Diretor do município de Maceió, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências. SMPD, IBAM, 2005.

MACEIÓ. Produto 2: Relatório de acompanhamento do trabalho 1. IBAM, DUMA, 2004.

MACEIÓ. Produto 3: Relatório de acompanhamento do trabalho. IBAM, DUMA, 2005.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos Ippur. Rio de Janeiro: Ippur, ano XI, n.1 e 2, 1997.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. Estatuto da Cidade para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 1998.

SEGUIN, E. Estatuto da Cidade: uma esperança de inclusão. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VITTE, Claudete de C.S. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e a qualidade de vida: considerações sobre o significado da cidade e de cidadania no início do século XXI. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002. pp.21-38.